

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PB

**Estudo Técnico Preliminar 13/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23096.051285/2025-97

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro contra acidentes pessoais para estudantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), abrangendo cobertura para morte acidental, invalidez permanente total ou parcial e despesas médico-hospitalares, em decorrência de acidentes ocorridos durante a participação em atividades acadêmicas, tanto nas dependências da UFCG quanto em ambientes externos.

2.2. A contratação de seguro para estudantes justifica-se pela necessidade de garantir proteção e assistência aos discentes durante a participação em atividades acadêmicas vinculadas à universidade, tais como aulas práticas, visitas técnicas, estágios supervisionados, projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como outras ações institucionais realizadas dentro ou fora do campus.

2.3. Considerando que tais atividades podem envolver deslocamentos, utilização de equipamentos, permanência em ambientes externos ou exposição a situações de risco, o seguro assegura cobertura em caso de acidentes pessoais, proporcionando maior segurança aos estudantes e mitigando riscos jurídicos e administrativos para a instituição.

2.4. A Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) estabelece expressamente a obrigatoriedade de seguro contra acidentes pessoais para estagiários. Contudo, por analogia administrativa e em consonância com boas práticas adotadas por diversas Instituições Federais de Ensino Superior, amplia-se essa proteção para outras atividades acadêmicas que apresentam riscos semelhantes.

2.5. Adicionalmente, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) atribui às instituições de ensino a responsabilidade pela organização das atividades acadêmicas e pela garantia de condições adequadas para a formação dos estudantes, o que inclui a adoção de medidas preventivas voltadas à segurança da comunidade discente.

2.6. Ressalta-se ainda que as atividades de extensão universitária são obrigatórias nos cursos de graduação e, em sua maioria, ocorrem fora do ambiente universitário, em comunidades, escolas e instituições parceiras. A estrutura multicampi da UFCG também demanda deslocamentos frequentes entre unidades, reforçando a necessidade de proteção adequada aos estudantes.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Ensino/Coordenação de Programas e Estágios	Cataline Alves Brandão de Assis

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****4.1. Coberturas Mínimas:**

4.1.1. A contratação deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

4.1.1.1. **Morte Acidental:** indenização aos beneficiários em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente ocorrido durante atividades acadêmicas.

**a) Capital segurado:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

4.1.1.2. **Invalidez Permanente Total ou Parcial:** indenização ao segurado em caso de perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão, decorrente de acidente pessoal coberto, mediante laudo médico.

**a) Capital segurado:** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

4.1.1.3. **Despesas Médico-Hospitalares:** reembolso de despesas médico-hospitalares decorrentes de acidente pessoal coberto, desde que iniciadas até 30 (trinta) dias após o evento, respeitado o limite contratado.

**a) Capital segurado:** R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

## 4.2. Demais Requisitos:

4.2.1. Inclusão semestral de alunos na apólice coletiva, a partir de dados fornecidos pela UFCG;

4.2.2. Quantidade máxima estimada de até 20.000 (vinte mil) estudantes segurados mensalmente;

4.2.3. Possibilidade de alterações na relação de segurados, mediante comunicação prévia à contratada;

4.2.4. Envio dos dados dos segurados por meio de planilha emitida pelo sistema institucional da UFCG;

4.2.5. Faturamento mensal variável, conforme número de alunos segurados;

4.2.6. Possibilidade de ajuste do quantitativo durante períodos de férias escolares ou greve, mediante comunicação formal;

4.2.7. Envio de dados pessoais essenciais dos segurados (nome completo, data de nascimento, sexo, CPF e RG);

4.2.8. Compatibilidade integral do serviço com as especificações e condições estabelecidas neste ETP.

## 4.3. Da caracterização do objeto

4.3.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que, de acordo com o art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, seguindo as especificações usuais de mercado.

4.3.2. Da modalidade da licitação.

4.3.2.1. Conforme art. 6º da Lei 14.133/21, temos:

XIII - bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Sendo assim, por tratar-se de serviços usuais de seguro, a contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, haja vista enquadrar-se na categoria de serviços comuns.

## 4.4. Da natureza do serviço

4.4.1. O serviço de seguro estudantil a ser prestado pela CONTRATADA possui natureza continuada, sem dedicação de mão de obra exclusiva, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021. Tal

caracterização decorre do fato de que a cobertura securitária destinada aos estudantes vinculados à Universidade Federal de Campina Grande é indispensável para a garantia de proteção pessoal durante a realização de atividades acadêmicas, práticas, estágios e demais ações institucionais, não admitindo interrupção sem prejuízo à segurança dos discentes e ao regular desenvolvimento das atividades acadêmicas. Dessa forma, a eventual descontinuidade da cobertura poderá comprometer o cumprimento das obrigações institucionais da Universidade no que se refere à assistência e proteção aos estudantes no âmbito de suas atividades acadêmicas e formativas.

#### **4.5. Do enquadramento da contratação**

4.5.1. Tendo em vista que os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, cuja execução indireta é vedada e observando a Portaria nº 443 /2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, a saber:

**Parágrafo único.** Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

4.5.2. Sendo assim, justificamos que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, e sendo assim, passíveis de execução indireta.

#### **4.6. Do critério de julgamento**

4.6.1. Conforme a Lei 14.133/21, art. 6º, inciso XLI, para a modalidade pregão o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o maior desconto.

O critério de julgamento mais adequado a ser utilizado será o de menor preço considerando a experiência em outras contratações para o mesmo objeto.

#### **4.7. Da duração do contrato**

Foi verificado que os serviços contínuos apresentam-se mais adequados tecnicamente com a formalização do instrumento de contrato, por envolver uma série de obrigações contratuais, além de possibilitar a prorrogação dos referidos instrumentos.

Observando a Lei 14.133/2021, temos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Ainda de acordo com a NLLC, temos:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Analisando o exarado na legislação a Administração deverá:

1 - Formalizar termo de contrato considerando não tratar-se de dispensa em razão do valor e nem de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor;

2 - Considerando a possibilidade de celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de vigência poderá ser de 5 (cinco) anos, desde que a Administração cumpra os incisos I, II e III do art 106, podendo ainda o contrato ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4.8. Da participação de cooperativas**

De acordo com a Lei 14.133, temos:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

Ademais, considerando a IN 05/2017, no art.10, temos:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

§ 1º Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas neste artigo, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta.

§ 2º O serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

Ainda conforme Revista do TCU, Setembro/Dezembro 2015, página 52: “Nesse passo, para que a participação de cooperativas em licitações públicas seja lícita, será imprescindível, primeiramente, que a sua atividade esteja diretamente ligada ao objeto licitado, conforme leciona o prof. Marçal Justen Filho (2012): Essas considerações permitem afirmar que é possível e viável a participação de cooperativa em licitação quando o objeto licitado se enquadra na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída. Se, porém, a execução do objeto contratual escapar à dimensão do ‘objeto social’ da cooperativa ou caracterizar atividade especulativa, haverá atuação irregular da cooperativa (p. 471). Outrossim, diante da impossibilidade de a cooperativa de trabalho ser utilizada com o escopo de intermediar mão de obra subordinada, deverá ser aferido, na fase interna da licitação, se o objeto demandado pela Administração pode ser executado pelos cooperados de forma autônoma, vale dizer, a atuação dos referidos colaboradores não poderá apresentar subordinação – seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre a Administração e os cooperados –, pessoalidade, habitualidade.”

Sendo assim, salvo melhor juízo, respeitada a legislação vigente, entendemos que para a contratação em tela poderá haver a participação de cooperativas considerando que não foram encontrados impedimentos legais.

#### **4.9. Da participação de consórcios**

Considerando a Lei 14.133, temos:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

Analisando a legislação acima, não foi identificado impedimento a participação de empresas em consórcio, desde que atendam aos requisitos legais.

#### **4.10. Do regime de empreitada escolhido**

De acordo com o art. 6º, da Lei 14.133, temos:

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

XXXI - contratação por tarefa: regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto; e

XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Após a análise dos regimes de execução apresentados e da definição do mais adequado para a contratação, optou-se pelo regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto na NLLC. Nesse modelo, a execução da obra ou do serviço ocorre mediante a fixação de preço certo para unidades previamente determinadas.

Tal regime é especialmente indicado quando, em razão das características do objeto, não é possível definir com precisão os quantitativos envolvidos. Ressalte-se que essa imprecisão não decorre de falhas de planejamento, mas sim de limitações inerentes à própria natureza do objeto.

Assim, a remuneração da contratada é realizada com base nas unidades de serviço efetivamente executadas.

#### **4.11. Do respeito ao princípio da segregação de funções**

Conforme a Lei 14.133, temos:

Art. 7º, III, § 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

A este respeito, o TCU prolatou o Acórdão nº 1.997/2006 – 1ª Câmara, em que no item 9.4.3, determina: “[...] designe servidores distintos para compor comissão de licitação e para efetuar a fiscalização de contratos, em respeito ao princípio da segregação de funções.

Nesse sentido, deve a Administração atentar para o referido princípio.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Considerando a solução escolhida, e buscando comprovar a viabilidade desta, fora realizada pesquisa no SICAF pelo CATSER - 30142, visando verificar a disponibilidade de prestadores de serviço no mercado.

5.2. Conforme pode visualizado no Anexo I deste estudo, a pesquisa expõe uma gama de empresas dos estados da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (a título de exemplo) aptas a prestar o serviço em tela.

5.3. Isso demonstra a possibilidade de competição para o certame, e que a solução escolhida é igualmente praticada por outros órgãos públicos.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial, despesas médicas hospitalares, em caso de acidentes ocorridos durante as aulas, visitas técnicas, atividades de estágio, atividades de extensão, atividades de pesquisa e qualquer outra atividade acadêmica, tanto nas dependências da UFCG quanto em ambientes externos, aos estudantes da UFCG.

6.2. A ocorrência de morte acidental garante aos beneficiários o pagamento no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). A ocorrência de invalidez permanente total ou parcial, por sua vez, garante ao próprio segurado o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Finalmente, a ocorrência de despesas médico-hospitalares garante o reembolso no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

6.3. Poderá ocorrer a inserção mensal de alunos na apólice coletiva a partir do fornecimento de dados pela UFCG. A quantidade máxima de alunos segurados mensalmente será de 20.000 alunos (vinte mil), podendo ter alterações na relação de segurados, que serão informadas à Contratada conforme discriminado no Termo de Referência. Caberá a UFCG fornecer as informações pertinentes às demandas, bem como os dados pessoais dos segurados.

6.4. Não será necessário a disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nem a presença de preposto nas dependências da UFCG. Ademais, será aplicado instrumento de avaliação da qualidade da prestação dos serviços conforme anexo.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Para dimensionar o quantitativo de alunos que serão contemplados com o seguro, foram considerados os dados do quantitativo de alunos matriculados na Instituição, bem como o histórico de contratações anteriores.

7.2. Conforme documento de formalização da demanda, doc sei 5754708, a demandante informa que a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) possui potencial de atingir mensalmente 20.000 alunos ativos em 2026, incluindo a sede em Campina Grande e os seis campi localizados no interior do Estado da Paraíba, distribuídos da seguinte forma:

- Educação Infantil: 150 crianças
- Ensino Médio Técnico: 200 alunos
- Graduação: 16.350 alunos
- Pós-Graduação: 600 em especialização, 1.500 em mestrado, 1.000 em doutorado e 200 residentes.

Nas contratações anteriores, a cobertura se dava apenas para alunos no desempenho de atividades práticas, matriculados em cursos de graduação ou cursos técnicos do ensino médio. No entanto, para a demanda atual, foi solicitado uma ampliação da cobertura, contemplando todos os alunos matriculados na UFCG.

7.3. Sendo assim, fora estimado uma quantidade máxima mensal de 20.000 alunos, podendo ter alterações na relação de segurados mês a mês.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 636.000,00

### **8.1. Valor estimado da contratação**

O valor estimado da contratação é de R\$ R\$ 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais) para 5 anos.

### **8.2. Metodologia aplicada à pesquisa de preços**

8.2.1. Para a realização da pesquisa de preços, foram utilizados os parâmetros dos incisos I e II do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65/2021:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;" (in verbis).

8.2.2. A estimativa do valor da contratação fora realizada com base em pesquisa de preços realizada na ferramenta de Pesquisa de Preços do Portal Compras.gov, por meio do Código do Serviço CATSERV: 30142, utilizando como referência contratações de outros órgãos federais.

8.2.3. Foram selecionados os três valores mais adequados ao objeto da contratação, que foram inseridos no mapa de preços para a composição do preço de referência (6212425).

### **8.3. Análise crítica/técnica dos preços coletados**

8.3.1. Para melhor compreensão, os valores obtidos através das pesquisas de preços foram consolidados em mapa de preços para composição do valor de referência utilizando-se o cálculo da Média e da Mediana dos valores pesquisados. Para tanto, a Média é obtida somando-se os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados. Quanto à Mediana - depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, a mediana é: o valor que ocupa a posição central, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par. Na análise crítica/técnica dos preços coletados, esta equipe utilizou a variância e o desvio padrão como medidas, pois estas dão uma ideia da dispersão de um preço pesquisado para outro. Um valor alto para a variância ou desvio padrão indica que os valores observados tendem a estar distantes da média, ou seja, a distribuição é mais "espalhada". Se a variância for relativamente pequena, então os dados tendem a estar mais concentrados em torno da média. Assim, para obtenção do resultado da pesquisa, foi determinado que, quando o coeficiente de variação encontrasse igual ou inferior a 25% seria utilizado o valor da média como preço referencial a ser adotado, acima deste percentual, seria utilizado o valor da mediana.

No entanto, considerando que a pesquisa de preços conforme doc sei 6212411 já trouxe a mediana como método de cálculo a ser adotado, foi replicado o mesmo entendimento no mapa de preços acima, desconsiderando o valor da média.

### **8.4. Da Exclusividade ME/EPP, Margem de Preferência e Cotas**

De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Observando a Lei Complementar Nº 123/2006, temos:

Art. 3º, § 4º. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de **seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar;

Assim, justificamos a não destinação exclusiva para ME/EPP.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1. Do parcelamento

A finalidade pretendida pela Administração é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos à medida que promove uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos.

Conforme a Lei 14.133/2021, temos:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Ainda no mesmo diploma legal, temos:

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Com relação parcelamento ou não da solução segundo o "Acórdão TCU nº 2796/2013 – Plenário "3, temos:

"A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados".

No que se refere a contratação dos serviços de seguro de vida coletivo, não há a possibilidade de parcelamento pois geraria inúmeros contratos com o mesmo objeto, dificuldade na identificação de responsáveis, não sendo vantajoso por proporcionar aumento imotivado do número de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados. Nesse sentido, não cabe o parcelamento.

### 9.2. Da padronização

De acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

No que concerne ao objeto, não foi identificada a necessidade de manter uma padronização com indicação de marcas ou de compatibilidade técnica para a prestação dos serviços.

Ainda de acordo com a Lei 14.133/21, temos:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

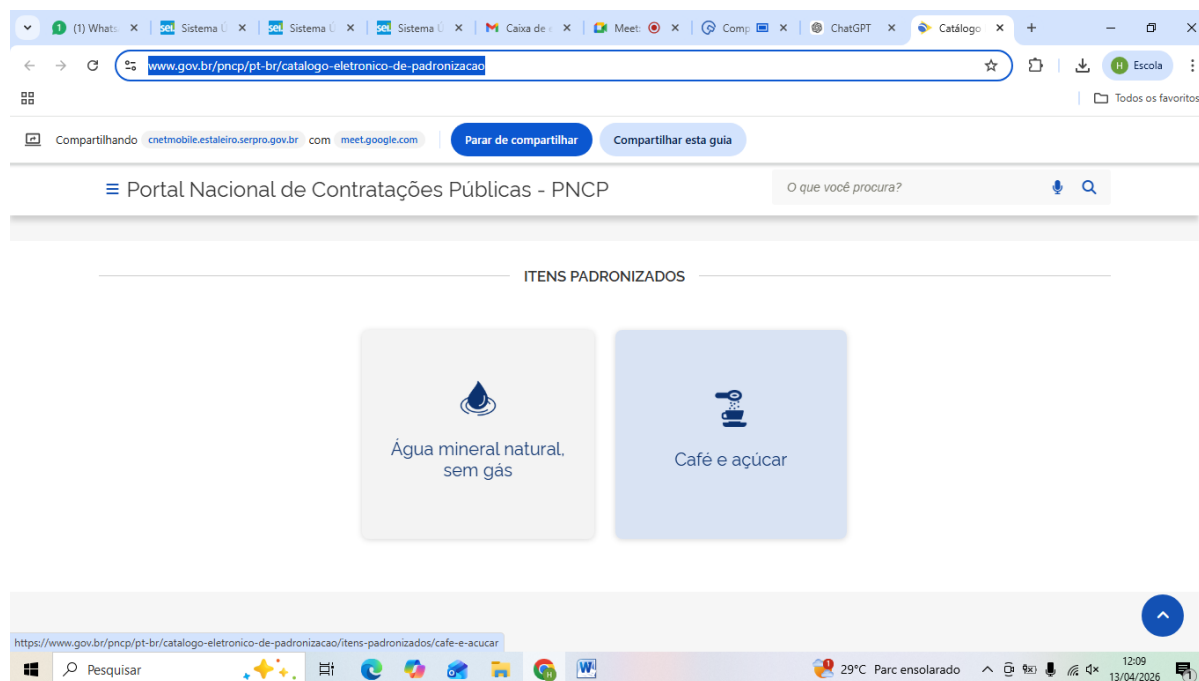
II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

§ 1º O catálogo referido no inciso II do caput deste artigo poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos, conforme disposto em regulamento.

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Dessa forma, foi consultado o catálogo encontrado no endereço eletrônico < <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao> > e os itens catalogados e padronizados não tem relação com a contratação em tela.

Assim justificamos a não adoção do referido catálogo eletrônico.



Considerando a natureza do objeto, constituído por serviço único de seguro estudantil, não se verifica viabilidade técnica para o parcelamento da contratação. A fragmentação da solução entre múltiplos fornecedores poderia resultar em sobreposição ou lacunas de cobertura securitária, divergências contratuais, dificuldades na gestão e fiscalização do contrato, bem como maior complexidade na operacionalização de sinistros e no atendimento aos beneficiários.

Adicionalmente, a contratação de um único fornecedor contribui para padronização das condições de cobertura, uniformidade nos procedimentos de atendimento e maior eficiência administrativa, garantindo maior segurança jurídica e operacional à Administração. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento não se mostra técnica nem administrativamente adequado ao objeto pretendido.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

### **11.1. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**

11.1.1. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), disponível no endereço eletrônico <https://drive.google.com/file/d/1QgGNjUpoxEHR2GwIBcN3X0e9e4ExXGB/view>, é um instrumento legal de planejamento estratégico, previsto no Decreto nº 9.235/2017, que reúne objetivos, metas e indicadores para nortear as ações das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

11.1.2. A presente contratação está prevista prevista no PDI da UFCG nos seguintes parâmetros:

- Eixo 1: Ensino
- Objetivo 1.1. Fortalecer a qualidade e a eficiência do ensino
- Iniciativa 1.1.11: Contratar seguro de vida para todos os estudantes

### **11.2. Plano de Contratações Anual – PCA**

11.2.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para o exercício de 2026, conforme documento SEI 6211562.

### **11.3. Plano de Logística Sustentável - PLS**

11.3.1 Ademais, ao consultar o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), referente ao período de 2025–2030, disponível em: [file:///C:/Users/Materiais%2006/Downloads/RES\\_01.2026%20%20COLPLENO%20%20PLS\\_2025\\_2030\\_%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Materiais%2006/Downloads/RES_01.2026%20%20COLPLENO%20%20PLS_2025_2030_%20(1).pdf), não foram identificadas recomendações específicas relacionadas ao objeto desta contratação.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. São benefícios a serem alcançados a partir desta contratação:

- Garantia de cobertura securitária em casos de acidentes pessoais ocorridos durante atividades acadêmicas, práticas, estágios ou deslocamentos vinculados às atividades institucionais.
- Redução de riscos institucionais relacionados a eventuais acidentes envolvendo discentes, assegurando que haja suporte financeiro e assistencial adequado em situações de sinistro.
- Atendimento a disposições legais e regulamentares que exigem a contratação de seguro contra acidentes pessoais para estudantes envolvidos em atividades acadêmicas externas, práticas ou estágios.
- Garantia de que atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam riscos inerentes, como aulas práticas e estágios, possam ser realizadas com respaldo securitário.
- Fortalecimento da política de assistência estudantil e de cuidado institucional, pois demonstra o compromisso da Universidade com a segurança, o bem-estar e a proteção de sua comunidade discente.

## **13. Providências a serem Adotadas**

14.1. Não foram identificadas providências a serem adotadas em relação ao objeto desta contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não foram previstos impactos ambientais decorrentes desta contratação. Ademais, cumpre destacar que toda e qualquer contratação deverá observar, no que couber, a IN SLTI/MPOG nº 01/2010 e normas técnicas correlatas.

15.2. Vale ressaltar que foi consultado o Guia Nacional de Contratações Públicas, 8ª Edição - 2025, não há existem recomendações específicas para o objeto desta contratação, uma vez que a entrega do serviço não gera resíduos prejudiciais ao meio ambiente..

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a possibilidade de pleno atendimento da necessidade por meio da existência de prestadores de serviços no mercado, bem como, os benefícios a serem alcançados, DECLARAMOS A VIABILIDADE da referida contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA SEI Nº 338

**HELOISA ELAINE BORGES**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 11:52:47.

Despacho: PORTARIA SEI Nº 338

**ROBERTA DE MIRANDA HENRIQUES FREIRE**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Despacho: PORTARIA SEI Nº 338

**CATALINE ALVES BRANDAO DE ASSIS**

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Consulta fornecedores SICAF.pdf (219.02 KB)